



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682598 - SP (2021/0233900-7)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : FERNANDA CORRÊA DA COSTA BENJAMIM - SP265935
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MATHEUS PAES DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MATHEUS PAES DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2146020-91.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante em 04.06.2021 pela suposta prática do delito de tráfico de drogas. A custódia foi convertida em preventiva.

A impetrante sustenta a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar, pois não foram atendidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, aduzindo que a motivação foi com base na gravidade abstrata do delito, sendo devido o deferimento da liberdade provisória.

Defende a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, destacando que o acusado é primário.

Alega que, em caso de condenação, fará jus à aplicação da minorante do tráfico, à fixação do regime aberto e à substituição da pena privativa em restritiva de direitos, o que demonstra que a segregação é desproporcional.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura, reconhecendo-se o direito do paciente à liberdade. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extraí-se do acórdão impugnado os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 65/69):

3. Vê-se, pois, que a r. decisão vergastada e a que a antecedeu se encontram devidamente fundamentadas, tendo salientado aspectos relevantes do caso concreto (natureza e quantidade dos estupefacientes confiscados) - além de, na espécie, o direito positivo vedar a liberdade provisória.

[...]

4. Demais disso, não se pode maldizer ordem de recolhimento preventivo dirigida a pessoa que “trazia consigo, para fins de comércio, 114 porções de maconha, contendo tetrahidrocannabinol (THC), com peso líquido de 242,8g; 252 porções de cocaína, em

ependorfs, com peso líquido de 202,2g; 10 frascos de lança perfume, contendo cloreto demetileno/diclorometano, com volume líquido de 150ml; 18 porções de cocaína na forma de crack, com peso líquido de 3,6g; 16 porções de Skunk, contendo tetrahidrocannabinol (THC), com peso líquido de 7,8g e 05 porções de ecstasy, em comprimidos, contendo metilenodioximetanfetamina (MDMA), com peso líquido de 1,8g; e, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, conforme auto de exibição e apreensão de fls. 18/19 e laudo de constatação de fls. 13/17” (consoante proemial - fls. 10).

A transgressão atribuída ao increpado é demolidora da integridade moral e mental de seus desditosos alvos; submete progressivamente os incautos ao cativeiro existencial do vício morfético e ao mais deletério ócio, porque os vitimados por essa chaga praticamente conduzem sua vida produtiva ao epílogo.

5. Também não se há cogitar de revogação da prisão em virtude da pandemia ocasionada pelo coronavírus, porquanto o único motivo a justificar a libertação seria a existência de moléstia nova a rondar a sociedade - esta que se propagou a partir do Oriente. Ocorre que, se assim se procedesse, cada intensificação de doença (por exemplo, dengue, malária, H1N1, tuberculose, hanseníase, sarampo, HIV, leptospirose, sífilis e tantas outras) acarretaria a eliminação/supressão da possibilidade de decretação de prisão preventiva, panorama deveras preocupante que não nos parece fazer sentido.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência